



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE SISTEMAS ELÉTRICOS
CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Palmeira dos Índios, outubro de 2017.



Este relatório é resultado do processo de Autoavaliação Institucional, realizado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/IFAL, nos moldes previstos na lei 10.861/04, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e trata da realidade acadêmica e administrativa do Instituto Federal de Alagoas, a partir da pesquisa institucional realizada com a comunidade docente, discente e técnico-administrativa do Curso Tecnológico em Sistemas Elétricos, do Campus Palmeira dos Índios.

Equipe Responsável: Gerson Maciel Guimarães; Angela Baraldi Pacheco; Lorena Norberta da Silva; Emanuelle Teixeira Gaia; Marcus André Freire dos Santos; Mariana Duarte de Assunção.



REITOR

Sérgio Teixeira Costa

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Luiz Henrique de Gouvêa Lemos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Carlos Henrique de Almeida Alves

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Altemir João Secco

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Wellington Spencer Peixoto

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carlos Guedes Lacerda

DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva

DIRETOR DE ENSINO

Mauricio Ricardy Batista Ramos

DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

Emerson Lima

COORDENAÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS

Marcio de Azevedo Rocha

MEMBROS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFAL – CPA

Representantes dos Docentes

Gerson Maciel Guimarães (TITULAR)

Ângela Baraldi Pacheco (TITULAR)

Lorena Norberta da Silva (TITULAR)

Sheyla Karoline Justino (SUPLENTE)

Representantes dos Técnicos Administrativos em Educação - TAE

Marcus André Freire dos Santos (TITULAR)

Emanuelle Teixeira Gaia (TITULAR)

Mariana Duarte de Assunção (TITULAR)

Carlos Fabiano da Silva (SUPLENTE)

Representantes dos Discentes

Levi Almeida Cavalcante Lima (TITULAR)

Yasmin Giovanna Sátiro Freire (TITULAR)

Marcos Santos Rodrigues Filho (SUPLENTE)

José Djalma Alves de Araújo Bezerra (SUPLENTE)

Representantes da Sociedade Civil

Maria Amélia Calheiros dos Santos

Lenilda Austrilino Silva

Alfredo Raimundo Dacal

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 5 |
| 2. DADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL | 6 |
| 2.1. Dados Básicos | 6 |
| 2.2. IFAL | 6 |
| 2.3. Campus Palmeira dos Índios | 6 |
| 2.4. Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos | 7 |
| 3. INTRODUÇÃO | 9 |
| 4. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E AVALIAÇÃO DO CURSO SUPERIOR | 10 |
| 4.1 Objetivo Geral | 10 |
| 4.2 Objetivos Específicos | 10 |
| 4.3 Método da Avaliação | 10 |
| 5. DIMENSÕES AVALIADAS E SUAS RESPECTIVAS VARIÁVEIS | 12 |
| 6. POPULAÇÃO E AMOSTRA | 13 |
| 7. ANÁLISE DA AVALIAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE ACADÊMICA | 14 |
| 7.1. DIMENSÃO 1: Organização Didático-Pedagógica | 14 |
| 7.1.1. Projeto Pedagógico do Curso, Conteúdo Curricular e Mercado de Trabalho | 14 |
| 7.1.1. Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão | 14 |
| 7.1.2. Estrutura Curricular do Curso | 15 |
| 7.1.3. Estágio Curricular Supervisionado | 15 |
| 7.1.4. Atividades Complementares | 15 |
| 7.1.5. Apoio ao Discente | 15 |
| 7.1.6. Avaliação do Curso | 16 |
| 7.2. DIMENSÃO 2: Corpo docente e tutorial | 16 |
| 7.2.1. Estrutura do Curso | 16 |
| 7.2.2. Coordenação e Corpo Docente do Curso | 16 |
| 7.3. DIMENSÃO 3: Infraestrutura | 17 |
| 7.3.1. Infraestrutura do Curso | 17 |
| 8. SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES DA CPA | 18 |
| 9. CONCLUSÕES | 20 |

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório reflete as principais discussões resultantes de consulta feita com a comunidade acadêmica do Curso Tecnológico em Sistemas Elétricos do Campus Palmeira dos Índios, no ano de 2017. É mais uma etapa do processo de avaliação institucional, implantada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, conforme determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/IFAL.

O referido documento se destina à comunidade acadêmica do IFAL, aos avaliadores externos designados pelo MEC e à sociedade como um todo, para que tenham um perfil do curso de Tecnológico em Sistemas Elétricos – Campus Palmeira dos Índios. A partir de reuniões com os segmentos da comunidade acadêmica, efetuou-se análise qualitativa das dimensões contidas no instrumento de avaliação de cursos de graduação.

Desta forma, tornam-se públicos o processo de autoavaliação e as discussões fomentadas, em uma instituição pública federal, com oferta variada de cursos, no âmbito geral: Médio Técnico Integrado; Técnico Subsequente e Médio Integrado na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Educação Superior: Tecnológicos, Licenciaturas e Bacharelados, presenciais e a distância, considerando suas peculiaridades, e Pós-Graduação. Especificamente no campus Palmeira dos Índios, com a oferta de: Médio Técnico Integrado; Técnico Subsequente e Médio Integrado na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e da Educação Superior: Tecnológico e Bacharelado, todos presenciais.

Para que esse propósito se consolidasse, a CPA – Comissão Própria de Avaliação contou com a colaboração coletiva de docentes, discentes e técnicos administrativos do IFAL/Campus Palmeira dos Índios que compõem o quadro do curso de Tecnológico em Sistemas Elétricos.

2. DADOS DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL

2.1. Dados Básicos

- Nome da IES:
Instituto Federal de Alagoas – IFAL.
- Caracterização da IES:
Instituição Pública Federal, localizada no estado de Alagoas, com 16 Campi, nas cidades: Maceió (Centro e Benedito Bentes), Palmeira dos Índios, Marechal Deodoro, Satuba, Arapiraca, Penedo, Maragogi, Murici, Piranhas, São Miguel dos Campos, Santana do Ipanema, Viçosa, Rio Largo, Batalha e Coruripe.
- Missão:
Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir no desenvolvimento sustentável.

2.2. IFAL

O Instituto Federal de Alagoas foi criado a partir da integração entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - CEFET-AL e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba - EAFS. No decorrer de sua existência, o IFAL passou por várias denominações, dentre elas, ressaltam-se a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909-1937); Liceu de Artes e Ofícios (1937-1942); Escola Industrial de Maceió (1942-1956); Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1956-1965); Escola Industrial Federal de Alagoas (1965-1968); Escola Técnica Federal de Alagoas (1968-1999); Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (1999-2008) e transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, em dezembro de 2008. Convém mencionar que cada denominação que a Instituição de Ensino recebeu, historicamente, remete ao contexto próprio da época, à conjuntura social, política e econômica vivida pelo país e pelo Estado.

2.3. Campus Palmeira dos Índios

O município de Palmeira dos Índios, localizado na região do Agreste alagoano, apresenta densidade demográfica de 155,44 hab/Km², possui área territorial de 452.706

Km² e população total de 70.368 habitantes. De acordo com o censo (IBGE, 2010), possui 2,47% de sua população com idades entre 15 e 24 anos, ou seja, 19.333 residentes com potencial para ser atendido por esta Instituição. A participação do setor de serviços representa 74,71% da composição do PIB municipal, seguido pelo setor industrial com 19,53% e, por fim, pelo setor de agropecuária, com 5,76%.

O Campus Palmeira dos Índios foi inaugurado em 2 de agosto de 1993, com sede própria, e é um centro de referência de ensino técnico profissionalizante, atuando junto aos sistemas estaduais, municipais e outras agências de formação profissional. Transfere tecnologia, prestando assistência técnica e apoiando a formação de recursos humanos, conforme exigências do mercado e tendências econômicas e tecnológicas do setor produtivo da região.

2.4. Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos

Em função das mudanças na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho, a Lei nº 9394/96 assume uma concepção de Educação Profissional, estabelecendo mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais, orientando um reposicionamento do currículo. Nesse contexto, a ampliação da oferta de Educação Superior Tecnológica torna-se imperativo em razão da escolarização e de se constituir requisitos para potencialização do desenvolvimento local. Para tanto, a formação profissional tecnológica de nível superior, no âmbito da área de processos industriais, torna-se também uma exigência para responder a perspectiva de desenvolvimento insinuada, especificamente no que se refere a sua contribuição na área de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Eletrônica industrial e Automação Industrial.

O setor de energia elétrica e industrial é um dos mais importantes no desenvolvimento econômico do país, contribuindo na oferta de empregos e distribuição de renda dos agentes envolvidos. A formação e qualificação dos profissionais, além de oferecer uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, possibilita avanços ao setor no que se refere à melhoria de qualidade dos produtos oferecidos.

Em Alagoas e nos estados vizinhos, a área de indústria vem reafirmando sua importância e o crescente desenvolvimento do setor industrial e de empresas nas áreas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Eletrônica Industrial e Automação Industrial, ratificam essa tendência. Nesse contexto, no ano de 2001, o Curso

Superior de Tecnologia em Produção Elétrica, autorizado pelo decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997, foi ofertado pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.

Em 2005 o referido curso foi reconhecido pelo MEC, conforme Portaria nº 4.087, de 29 de novembro de 2005. A Comissão Técnica Verificadora de Reconhecimento, designada pela portaria SETEC nº 178, de setembro de 2005, publicada no D.O.U de 27/09/2005, emitiu parecer favorável a seu reconhecimento.

Em 2007, conforme portaria nº 521 de outubro de 2007, para adequação ao catálogo nacional dos cursos superiores do MEC, o curso superior de tecnologia em produção elétrica recebeu nova denominação: Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos.

Em 2008, a câmara especializada de Engenharia Elétrica do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Alagoas emitiu parecer definindo e aceitando as atribuições solicitadas e encaminhadas para análise por esta Instituição para o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos, baseadas na Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação das atribuições de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Com base no cenário da economia do Estado de Alagoas e da região polarizada por Palmeira dos Índios, a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos pode ser considerada como essencial para a formação de cidadãos trabalhadores qualificados para uma atuação profissional em nível local e regional. Desta forma, os profissionais oriundos deste curso vêm fortalecendo as iniciativas do setor industrial em Alagoas, atendendo às solicitações de um campo de trabalho já existente e emergente e que, constantemente, se amplia, se diversifica e se renova.

3. INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta um perfil do Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos – Campus Palmeira dos Índios, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas – IFAL, nas perspectivas docente, discente e técnico-administrativa e faz análise qualitativa sobre o referido curso, no ano de 2017.

O cenário educacional necessita de acompanhamento, que no IFAL é realizado a partir de autoavaliações promovidas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA – e por meio de avaliações sistemáticas desenvolvidas pelo MEC. No que se refere ao acompanhamento realizado pela CPA, este relatório se propõe a apresentar os principais pontos assinalados pelos segmentos da comunidade acadêmica.

4. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E AVALIAÇÃO DO CURSO SUPERIOR

A prática de processos avaliativos é indispensável para o desenvolvimento institucional, pois contribui para a melhoria dos serviços oferecidos ao público docente, discente e técnico-administrativo, bem como para a comunidade externa em geral. Também contribui para a manutenção dos compromissos assumidos pelos gestores diante das demandas apresentadas durante a autoavaliação. As ações decorrentes das práticas avaliativas são comprometidas com o avanço e com a solidificação do processo de ensino-aprendizagem, visando estimular a cidadania, o respeito e a responsabilidade com a função pública do trabalho na Instituição.

4.1. Objetivo Geral

- Promover o processo de Avaliação do Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos do Campus Palmeira dos Índios / IFAL, no ano de 2017, conforme determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e Portaria nº 451/GR, de 13 de setembro de 2013.

4.2. Objetivos Específicos

- Avaliar o Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos do Campus Palmeira dos Índios, a partir das dimensões de referência do SINAES.
- Elaborar Relatório de Avaliação do Curso de Tecnologia de Laticínios do campus Satuba / IFAL, detectando os pontos fortes e os pontos que precisam ser melhorados.
- Redigir sugestões para melhoria do desempenho das ações empreendidas;
- Divulgar o resultado da avaliação à comunidade acadêmica do campus Palmeira dos Índios;
- Acompanhar a implementação das sugestões apontadas em relatório, a fim de melhorar o desempenho do curso.

4.3. Método da Avaliação

A CPA realizou, no dia 14 de fevereiro de 2017, avaliação qualitativa *in loco* do Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos do Campus Palmeira dos Índios, por meio de reuniões específicas com os segmentos envolvidos, conforme foto abaixo. A partir dos registros obtidos nas discussões, a CPA realizou análise por meio de relatório descritivo.



Figura 1 - Reunião da CPA com o segmento discente do Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos

5. DIMENSÕES AVALIADAS E SUAS RESPECTIVAS VARIÁVEIS

A comunidade acadêmica é composta por docentes, discentes e técnicos administrativos, para os quais foram determinados momentos específicos para reuniões. As discussões buscaram contemplar os principais aspectos que abrangem cada dimensão e foram conduzidas respeitando as especificidades de cada categoria avaliada, bem como compreender as demandas e o funcionamento o curso. Seguem abaixo as dimensões e os pontos abordados em cada uma delas:

DIMENSÃO 1: Organização Didático-Pedagógica

- Projeto Pedagógico do Curso, Conteúdo Curricular e Mercado de Trabalho
- Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Estrutura Curricular do Curso
- Estágio Curricular Supervisionado
- Atividades Complementares
- Apoio ao Discente
- Avaliação do Curso

DIMENSÃO 2: Corpo docente e tutorial

- Estrutura do Curso
- Coordenação e Corpo Docente do Curso

DIMENSÃO 3: Infraestrutura

- Infraestrutura do Curso

6. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população foi constituída pela comunidade acadêmica do Curso Superior Tecnológico em Sistema Elétricos do Campus Palmeira dos Índios. A participação voluntária do corpo discente foi constituída por 35 (trinta e cinco) estudantes e 09 (nove) representantes dos segmentos docentes e técnicos administrativos participaram do momento com a CPA.

7. ANÁLISE DA AVALIAÇÃO JUNTO À COMUNIDADE ACADÊMICA

A análise descrita representa a percepção dos segmentos frente às dimensões recomendadas pelo SINAES. O resultado do estudo dos indicadores e a satisfação geral percebida pelos segmentos analisados são apresentados a seguir:

7.1. DIMENSÃO 1: Organização Didático-Pedagógica

7.1.1. Projeto Pedagógico do Curso, Conteúdo Curricular e Mercado de Trabalho

Identificou-se que o PPC de Sistemas Elétricos é conhecido pelos segmentos e encontra-se disponibilizado, com fácil acesso a todos, inclusive no site da Instituição. A partir das discussões, foi possível perceber que há adequação do documento com as diretrizes relacionadas às atualizações referentes às questões ambientais.

Com relação aos egressos, percebeu-se que a formação profissional é adequada para o perfil esperado do tecnólogo em Sistemas Elétricos. Entretanto, no que se refere ao mercado de trabalho, observou-se que há incongruência entre os segmentos discentes e docentes: o segmento discente relata que existe mercado de trabalho; enquanto que o segmento docente afirma que a empregabilidade não existe para o tecnólogo e sim para técnicos e engenheiros. Desta forma, os docentes explicitaram o desejo da concretização da oferta do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica, conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018. Ou seja, com a oferta da Engenharia Elétrica seria extinto o Tecnológico em Sistemas Elétricos. A evasão detectada no curso, por meio de diálogo com estudantes evadidos e pelo quantitativo de estudantes em curso, corrobora com a visão docente.

7.1.2. Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

As Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão estão descritas no PDI e os segmentos possuem conhecimento sobre estas. O campus possui, em sua estrutura, coordenações específicas para as áreas e, periodicamente, a Instituição publica editais com a oferta de bolsas para estudantes. Entretanto, o corpo discente afirma ter dificuldade em participar dos projetos desenvolvidos.

7.1.3. Estrutura Curricular do Curso

Sobre a estrutura curricular implantada no curso de Sistemas Elétricos foi apontada pelos segmentos, que os laboratórios são equipados e atendem à necessidade do curso, conforme a infraestrutura descrita no PPC, contudo a reposição de insumos é insuficiente. Por isso, os estudantes não possuem acesso desejado, uma vez que o corpo docente não consegue realizar aulas práticas. Com relação às visitas técnicas, os discentes pontuaram que houve diminuição considerável desta prática e o coordenador do curso justificou que isso se deve à atual conjuntura econômica do país, que repercutiu na diminuição de orçamento do campus.

Os discentes com necessidades específicas são acolhidos e acompanhados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, regulamentado na Instituição por meio da Resolução/CS nº 45/2014. E a equipe que compõe este Núcleo desenvolve ações voltadas à inclusão de pessoas com deficiências.

7.1.4. Estágio Curricular Supervisionado

A prática profissional, no âmbito do IFAL, é responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e, nos campi, das coordenações correlatas. Tal atividade está regulamentada mediante a Resolução nº 15/CS, de 29 de abril de 2013. Os segmentos mostraram conhecimento sobre a efetivação de convênios para o estágio obrigatório, compreendendo as limitações regionais.

7.1.5. Atividades Complementares

As atividades complementares para os cursos superiores de Tecnologia e Bacharelado estão regulamentadas pela Portaria/GR nº 2394, de 07 de outubro de 2015. Entretanto, o corpo discente afirmou que o acesso às atividades está aquém do desejado, tanto por parte da Instituição, quanto à localização geográfica e situação socioeconômica desses estudantes.

7.1.6. Apoio ao Discente

Os estudantes afirmaram conhecer a Política de Assistência Estudantil do IFAL (Resolução/CS nº 54/2013). Entretanto, desconhecem os profissionais que atuam nessa Política e ainda relataram dificuldade em acessar os programas. Fato corroborado pelo

quantitativo de estudantes que informaram ser beneficiados com auxílios e/ou bolsas devido à situação de vulnerabilidade socioeconômica. Quanto ao apoio à participação em programas de intercâmbio, o mesmo ocorre: a Instituição possui políticas e o corpo discente tem conhecimento, contudo não há registro de ampla participação no referido curso.

Percebeu-se que o campus promove o protagonismo estudantil. No entanto, não existe movimento estudantil no curso.

7.1.7. Avaliação do Curso

Os estudantes tiveram acesso aos processos autoavaliativos por meio da CPA, que realiza reuniões periódicas com a comunidade acadêmica dos cursos superiores do IFAL. Especificamente, com o curso de Sistemas Elétricos, a Comissão expôs o seu papel institucional e as ações desenvolvidas: avaliação e análise da situação do curso, reunião com a gestão para repasse de demandas detectadas em cada segmento e acompanhamento das ações realizadas pelo campus advindas de sugestões da CPA.

7.2. DIMENSÃO 2: Corpo docente e tutorial

7.2.1. Estrutura do Curso

O curso está organizado a partir do colegiado do curso e seu respectivo Núcleo Docente Estruturante (NDE), observadas as reuniões de ambas instâncias deliberativas.

7.2.2. Coordenação e Corpo Docente do Curso

A atuação do coordenador para os segmentos consultados foi considerada satisfatória, onde a disponibilidade e o acesso foram destacados. O segmento discente apenas ressaltou o período em que o curso esteve sem a presença do coordenador.

Outro ponto relevante confirmado foi a formação do corpo docente, com um nível significativo de mestres e doutores, além de experiência profissional dos professores. Também foi ressaltada, a experiência dos docentes, que é relevante para estabelecer uma melhor relação entre teoria e prática.

7.3. DIMENSÃO 3: Infraestrutura

7.3.1. Infraestrutura do Curso

Com relação à infraestrutura, o campus disponibiliza espaço para desenvolvimento das atividades administrativas do curso; sala de professores, salas de aula e laboratórios em condições adequadas. Embora tenham sido detectados esses aspectos positivos, pode-se salientar que problemas como acervo bibliográfico, acessibilidade, *wi-fi* e velocidade de acesso à internet dificultam as atividades acadêmicas.

8. SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES DA CPA

Tendo em vista as informações obtidas junto à comunidade acadêmica do Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos – Campus Palmeira dos Índios/IFAL, por meio de avaliação qualitativa, serão relatadas pela CPA/IFAL sugestões e recomendações para os indicadores de cada dimensão que apresentam fragilidades de acordo com os resultados.

- **Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica**

A CPA recomenda que os dirigentes do Campus Palmeira dos Índios divulguem e discutam o PDI com a comunidade acadêmica. A comunicação da Gestão com o corpo discente deve ser melhorada, uma vez que os estudantes não compreendem a sua função no mercado de trabalho.

Reforça-se a necessidade de ampliar a publicização dos editais de pesquisa e extensão em murais e mídias digitais. Além disso, é necessário incentivar maior participação dos discentes em projetos institucionais.

Aconselha-se a maior divulgação entre os estudantes do curso de Sistemas Elétricos quanto às atribuições, atividades e editais da Assistência Estudantil e do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Ainda com relação às ações de Assistência Estudantil, indica-se que a eficácia e impacto das ações de promoção ao protagonismo estudantil sejam avaliadas, uma vez que os estudantes do curso não são engajados em movimentos específicos.

Os segmentos docente, técnico-administrativo e discente apontaram como fragilidade nesta dimensão o não conhecimento da CPA. Como sugestão, esta Comissão se propõe a trabalhar em uma maior divulgação entre a comunidade acadêmica, principalmente através dos meios de comunicação disponíveis na Instituição e deverá também adotar medidas para aumentar a participação deste segmento nos processos de autoavaliação institucional.

- **Dimensão 2: Corpo docente e tutorial**

Recomendamos ainda que no planejamento orçamentário anual do campus, a Gestão envolva os servidores e discentes para que as demandas do curso sejam contempladas, inclusive com relação às visitas técnicas e aquisição de insumos para os

laboratórios. E os docentes se atentem à organização de visitas técnicas e aulas práticas com maior frequência, observando solicitar/reservar essas atividades dentro do prazo determinado pela Instituição.

- Dimensão 3: Infraestrutura

A CPA recomenda intensificar, no campus, medidas de acessibilidade e inclusão, bem como promover debates sobre a temática. Destaca ainda a necessidade da realização de estudo por parte da Administração do campus, juntamente com o segmento docente, para a atualização do acervo bibliográfico e verificação das instalações da biblioteca, além da adequação dos espaços para as pessoas com necessidades específicas.

9. CONCLUSÕES

Após a avaliação realizada junto à comunidade acadêmica do Curso Superior Tecnológico em Sistemas Elétricos – campus Palmeira dos Índios/IFAL, a Comissão Própria de Avaliação do IFAL obteve resultado satisfatório, visto que houve ampla participação da comunidade acadêmica. Isso se deve ao trabalho de divulgação da CPA em conjunto com a Gestão do campus.

A CPA divulgará o presente documento para ampla ciência dos resultados, bem como realizará acompanhamento da implementação das ações referentes às recomendações sugeridas.

O contato, sobretudo, com os discentes e os docentes permitiu à CPA ter a percepção da realidade do curso, tanto nos aspectos positivos quanto naqueles que exigem uma dedicação maior por parte da gestão. Também possibilitou perceber que há uma diversidade de opinião quanto à aceitação do profissional no mercado de trabalho. Para os discentes, há campo de trabalho para a área; para os docentes, há resistência a esse profissional. Essas visões diferenciadas denotam a necessidade de uma discussão ampla sobre o curso entre toda a comunidade para que as definições posteriores gerem satisfação a todas as vertentes.